

# Professores recuperam 50% do tempo de serviço num ano e 100% até 2027. Cinco sindicatos não assinaram acordo

[observador.pt/2024/05/21/governo-e-professores-retomam-negociacoes-fne-prestes-a-terminar-reuniao/](https://observador.pt/2024/05/21/governo-e-professores-retomam-negociacoes-fne-prestes-a-terminar-reuniao/)

Quase doze horas depois, as negociações entre sindicatos de professores e Ministério da Educação terminaram e, **das 12 organizações, cinco recusaram-se a assinar o acordo** apresentado pelo gabinete de Fernando Alexandre esta terça-feira e que, segundo o ministro, “vai **beneficiar mais de 100 mil professores**“. Os professores vão recuperar **50% dos 6 anos, 6 meses e 23 dias congelados em duas tranches e no espaço de um ano**: entre 1 de setembro de 2024 e 1 de julho de 2025. O restante tempo de serviço será devolvido em duas outras tranches, de 25% cada. Assim, a **reposição integral do tempo de serviço vai ser feita até 2027**. A informação foi avançada por Pedro Barreiros, líder da FNE, o primeiro sindicato com que o ministro da Educação se reuniu.

**O acordo escrito foi assinado por sete sindicatos**: FNE (Federação Nacional da Educação), FENEI (Federação Nacional do Ensino e Investigação), SIPE (Sindicato Independente de Professores e Educadores), FEPECI (Federação Portuguesa dos Profissionais da Educação, Ensino, Cultura e Investigação), SPLIU (Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades), SNPL (Sindicato Nacional dos Professores Licenciados) e SIPPEB (Sindicato dos Professores do Primeiro Ciclo do Ensino Básico).

Pela primeira vez desde o início do frente a frente com os professores, Fernando Alexandre falou dos custos da decisão: terá um **impacto anual de 300 milhões de euros**. Neste **primeiro ano o investimento será de 40 milhões** e será financiado “com os impostos dos portugueses”.

Fernando Alexandre quis falar aos jornalistas antes de se reunir com o último sindicato do dia, a Fenprof, que não concorda com a reposição do tempo de serviço até 2027 (mas sim até 2026, em três tranches de cerca de 33%), nem com a existência de vagas para aceder ao 5.º e 7.º escalão. E critica ainda o facto de os professores que estão no topo da carreira e perto da reforma ficarem fora da reposição do tempo de serviço congelado.

PUB • CONTINUE A LER A SEGUIR

“A Fenprof nunca foi parte da solução. Tem uma agenda muito própria. Tenho **dúvidas que a educação seja de facto a sua grande preocupação** e até mesmo os professores”, atirou Fernando Alexandre. Segundo o responsável pela Educação, a proposta apresentada esta terça-feira “mostra o esforço do Governo em aproximar-se e ir ao encontro dos sindicatos”, algo que “até agora” nenhum Executivo tinha feito.

Em resposta, **Mário Nogueira disse ser “absolutamente execrável”** aquilo que Fernando Alexandre disse. “É lamentável e merece o nosso repúdio. Não tem o direito” de tecer tais afirmações relativamente a um sindicato que tem “50 mil professores sindicalizados”.



MIGUEL A&period; LOPES&sol;LUSA

## 100 mil professores vão beneficiar da reposição

Para Fernando Alexandre, “o acordo hoje [esta terça-feira] alcançado vai **beneficiar mais de 100 mil professores**, que vão ter um progresso significativo na carreira. Há um compromisso total”, assegurou. A recuperação dos 6 anos, 6 meses e 23 dias congelados é uma “despesa que vai representar em 2027, depois de se recuperar 100%, cerca de **300 milhões de euros por ano**”.

A primeira tranche, entregue aos professores a 1 de setembro deste ano, “será financiada com os impostos dos portugueses” e terá um **valor de “cerca de 40 milhões de euros”**.

Para a FNE, o primeiro sindicato a reunir-se com o ministro da Educação e também o primeiro a assinar o documento, este foi “**um dia histórico para todos os professores**”, disse o dirigente **Pedro Barreiros**. A FNE queria que a devolução do tempo de serviço fosse **feita até 2027 — em quatro tranches de 25%**. O acordo alcançado esta terça-feira vai totalmente ao encontro daquilo que exigia.

“**É um bom acordo, com cedências de parte a parte**”, constatou também Júlia Azevedo no final da reunião com o Ministério da Educação. Para a dirigente do SIPE, esta “é sem dúvida uma vitória, não do Governo nem dos sindicatos”. “É uma vitória da escola pública”,

acrescentou.

De facto, na última ronda negocial, a 13 de maio, o Ministério da Educação anunciou que no espaço de dois anos seria recuperado já 50% deste tempo, mas **manteve o prazo de cinco anos** para fazer a devolução do resto do tempo. Agora **cedeu mais uma vez**. “Temos a possibilidade de recuperar a totalidade do tempo de serviço congelado, os 2.393 dias”, anunciou Pedro Barreiros. Serão repostos “599 dias no dia 1 de setembro de 2024” e 598 no primeiro dia de julho de 2025, 2026 e 2027.

## **Dispensados de vaga de acesso ao 5.º e 7.º escalão**

---

Os sindicatos que assinaram o documento do Governo elogiaram ainda o facto de terem obtido a “garantia de que todos os professores alvo de congelamento irão recuperar o tempo de serviço e todos vão ficar **dispensados de vaga de acesso ao 5.º e 7.º escalão.**” Apesar de há muito os sindicatos exigirem o fim das vagas de acesso a estes escalões — que cria estrangulamento e listas de espera para os professores poderem progredir na carreira —, o Governo não deu nenhum passo nessa direção. Em alternativa, **propôs a criação de vagas extraordinárias** (já anunciado no passado dia 13 de maio).

O Governo queria obrigar os professores a permanecer “no mínimo um ano” no mesmo escalão antes de progredirem ao próximo. A proposta — que tinha a oposição total do SIPE — foi retirada. Júlia Azevedo, dirigente do sindicato que falava em nome de cinco sindicatos, adiantou que foi salvaguardado “que o **tempo de permanência vai ser recuperado no escalão seguinte**. Ou seja, fico parado um ano num escalão [antes de progredir], mas no escalão seguinte terei menos um ano de permanência”, disse.

## **Acordo “exclui professores”. Foram convocadas reuniões suplementares**

---

Apesar de sete sindicatos terem assinado o acordo apresentado pelo Governo, cinco não o fizeram. Segundo o responsável pela Educação, “as organizações que não assinaram reconheceram que a proposta era muito boa”.

Mas não é bem assim. “**Este é um acordo que exclui professores**”, nomeadamente **25.400**, apontou Mário Nogueira. Destes, **13.400 “estão no 10.º escalão”**, pelo que não recuperam qualquer tempo de serviço. E **12.000 estão no 8.º e 9.º escalão** — sendo que neste último ninguém terá direito à recuperação e no oitavo apenas metade terá essa oportunidade. Seria “hipocrisia” assinar tal documento, rematou o dirigente da Fenprof.

A opinião é partilhada por outros sindicatos. “Conseguiram-se avanços, mas não o suficiente. Não está **nada previsto relativamente aos professores que estão a poucos anos de chegar à aposentação**”, disse o dirigente da Pró-Ordem. Filipe do Paulo falava em representação da ASPL (Associação Sindical de Professores Licenciados) e SEPLEU

(Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados). Estes **três sindicatos vão marcar uma reunião suplementar** para “esgotar todos os mecanismos” à disposição, garantiu Filipe do Paulo.

Até ao momento, a **Fenprof ainda não decidiu se também o fará, mas “é provável que sim** porque pode permitir ir mais longe”, disse Mário Nogueira.

Governo cede e professores recuperam metade do tempo de serviço em dois anos. Sindicatos contra calendário até 2028

O facto de o Governo deixar de fora os docentes no 10.º escalão **também não agradou a FNE, mas não impediu a organização de assinar o documento**. Em vez disso, disse o dirigente Pedro Barreiros, o sindicato defendeu abertura de “novos processos negociais” sobre o tema..

Já o S.TO.P argumenta que não assinou nenhum acordo porque essa decisão **“está sujeita ao sufrágio nas escolas”**. “Vamos organizar plenários nas escolas para que digam se é um acordo bom ou não para os docentes”, disse o dirigente André Pestana. E acrescentou que o **S.TO.P irá “pedir a reunião suplementar** para auscultar os colegas”, mesmo que o ministro da Educação tenha garantido que a proposta apresentada “não será alterada”.

## **Negociações não terminam aqui**

---

Apesar de ter sido assinado um acordo acerca da recuperação do tempo de serviço, assunto que o Governo prometera encerrar com brevidade, as negociações não ficam por aqui. “Ficou a promessa de, muito proximamente, **recomeçar a negociação de outras questões**“, adiantou Júlia Azevedo, do SIPE. É que há **“outras matérias” que ainda estão por resolver**, acrescentou Pedro Barreiros.

Ambos os sindicatos insistem na necessidade de avançar com a **revisão do diploma de mobilidade por doença**, mas o dirigente da Fenprof adiantou que no frente a frente com Ministério, Fernando Alexandre “admitiu não rever” este regime. “Era experimental para um período de dois anos. Ficámos a saber que o senhor ministro acha que, se calhar, não há tempo para rever”, disse.

Tanto o dirigente da FNE, Pedro Barreiros, como o responsável do S.TO.P, André Pestana, destacaram ainda o problema das **ultrapassagens na carreira** que ocorreram quando o tempo de serviço foi congelado. O congelamento apenas se aplicou aos professores que estavam nos quadros (em regime de contrato), ficando estagnados na carreira. O mesmo não aconteceu com os professores que estavam em regime de contrato, acabando por ultrapassar professores há mais tempo na carreira.

A FNE destacou ainda que quer também uma **revisão da carreira**, para que sejam equiparados “os professores no topo da carreira docente ao topo da carreira dos técnicos superiores da Administração Pública”.

Assine o Observador a partir de 0,18€/ dia

Não é só para chegar ao fim deste artigo:

- Leitura sem limites, em qualquer dispositivo
- Menos publicidade
- Desconto na Academia Observador
- Desconto na revista best-of
- Newsletter exclusiva
- Conversas com jornalistas exclusivas
- Oferta de artigos
- Participação nos comentários

Apoie agora o jornalismo independente

[Ver planos](#)

Oferta limitada

[Apoio ao cliente](#) | Já é assinante? [Inicie sessão](#)